

## A HISTORICIDADE DAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

*Josilene Silva Campos*

*“O que mais me dói na miséria é a ignorância que ela tem de si mesma. Confrontados com a ausência de tudo, os homens abstém-se do sonho, desarmando-se do desejo de serem outros. Existe no nada dessa ilusão de plenitude que faz parar a vida e anoitecer as vozes”. (Mia Couto)*

**Resumo:** As literaturas moçambicanas, cabo verdianas, guineense e angolanas foram um grande instrumento de luta de libertação durante o julgo colonial português. Operaram historiograficamente ao se comprometerem com a escrita da história e das experiências passadas das sociedades abaladas pela colonização. O objetivo deste trabalho é promover uma reflexão sobre o percurso dessas literaturas que se constituíram antes das independências.

**Palavras chave:** Literatura – História- Colonização- África- Resistência

Apontar as franquezas do meu artigo talvez não seja uma maneira convencional de iniciá-lo. Mas a minha intenção é refletir sobre os problemas com os quais me deparei ao longo desse percurso, e posso adiantar-lhes que foram inúmeros e variados. Os problemas se iniciaram com o título atribuído a esse estudo: “A historicidade das literaturas africanas de língua oficial portuguesa”. Eu estava tão preocupada em me afastar das posições de autores como Manuel Ferreira (1987), que usa o termo “Literaturas africanas de expressão portuguesa”, ou de Alfredo Margarido (1980), que prefere “Literaturas das nações africanas de língua portuguesa”, ou ainda de termos como “Literaturas Africanas lusófonas” de Russel Hamilton (1975), que acabei tropeçando em minhas próprias certezas. Sou a prova viva de que a ideologia do colonizador é poderosa! As literaturas não são de língua oficial portuguesa, elas são moçambicanas, angolanas, cabo verdianas, são tomenses, guineense.

Tirar do sujeito à legitimidade de produtor de arte e conhecimento, associando este sempre ao colonizador e à sua cultura, é operar dentro das perspectivas de um pensamento dominante (imperialista) que anula a validade do outro. Falar sobre a África, de uma maneira geral, é um exercício de eterna vigilância, pois caímos recorrentemente no erro de legitimar a posição do opressor. Como bem concebeu Mary Pratt (1992), é necessário uma

“descolonização do conhecimento” no trabalho intelectual, para que as posturas autoritárias não continuem a se perpetuar.

Não vou negar as dificuldades, o que era para ser um tema predominante acabou diluído em minhas próprias incertezas, flutuando em hipóteses que se relacionam, mas tratando muito pouco do que se anunciou: A historicidade dessas literaturas. O fato é que essa idéia é quase um consenso entre os estudiosos da área, mas falta uma sistematização desse pensamento traduzido em bibliografias. Pelo menos que seja de meu ínfimo conhecimento.

A minha compreensão de literatura africana, aplicada neste estudo, se refere à literatura escrita em língua oficial portuguesa, cujos autores sejam africanos de nascimento ou estrangeiros que tenham adotado algum país do continente africano como sua pátria e esteja alinhado com as posturas críticas em relação ao imperialismo. Exclui-se, portanto, a literatura colonial, pois mesmo que ela faça referência aos estados e povos africanos, abordados nesta pesquisa, muitas estão em consonância com o pensamento do colonizador. Comparto da posição de Laranjeira, segundo o qual, “Essa literatura era incentivada oficialmente para funcionar como instrumento ideológico do estado colonial” (1975, p.180).

Para ser mais exata, o foco principal da minha análise são as narrativas que precedem as independências, pois compreendo que estas são mais elucidativas para as questões que levanto nesse trabalho. Contudo, não excluirei, a perspectiva pós-independência pois compreendo que estas cumprem um papel histórico ao realizar o debate sobre as identidades nacionais e o sujeito pós-colonial<sup>1</sup>

Tentei ao máximo não me prender a nenhuma literatura em especial, mas confesso que Moçambique e Angola me guiaram nessa jornada. Isso não quer dizer que Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe não sejam objeto de estudo e não estejam representados. O que procurei fazer foi estabelecer uma linha de reflexão que fosse comum em todas as narrativas. Não é minha intenção estabelecer ou aprofundar pontos de diferenciação, ainda que eles existam e sejam de extrema importância. Ressalto que cada uma dessas literaturas tem suas especificidades, particularidades, temporalidades, enfim, elementos que as tornam única.

Cumprе chamar atenção para as variadas experiências históricas que viveram cada um dos países. Não sou negligente ao ponto de colocar a história de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau dentro de um mesmo ângulo de compreensão. Pensar um fio condutor que une essas literaturas é considerar que essas

---

<sup>1</sup> Uso termo pós-colonial no sentido de depois da independência.

sociedades vêm de composições étnicas distintas, percursos políticos culturais diferenciados, e que sofreram e reagiram de diferentes maneiras a violência do colonizador. Mas é também ter em mente os laços fortes que as unem. Nesse sentido, Leila Leite Hernandez observa que

A aproximação entre os países africanos, mais do que por motivos de ordem estrutural, é possibilitada pelos efeitos do colonialismo, com o agravamento da crise econômica e o endividamento externo, além das sérias conseqüências da repressão. A união se impõe, a despeito da diversidade de matizes ideológicos e políticos dos movimentos nacionalistas dos diferentes países africanos. (2005, p. 162).

Se por um lado acho que essas literaturas são completamente diferentes entre si, por outro acredito que elas tenham percursos semelhantes, saberes compartilhados, patrimônios em comum e referências culturais que se aproximam. O fator colonialismo apresenta-se como uma importante contingência compartilhada entre todas as nações. São os desdobramentos da experiência da dominação colonial que permitira o surgimento de uma tradição histórico cultural que se aproximam e cria uma rede de solidariedade. De acordo com Perrone-Moisés (1990), sobre determinado chão cultural (discursivo) podem ocorrer confluências, coincidências de tema e de soluções formais que nada têm a ver com as influências, mas com a existência de certas condições literárias e determinado momento histórico.

Resta sublinhar que, ainda que eu tenha conhecimento do papel preponderante desempenhado na luta pela libertação colonial pelos jornais, revistas, partidos políticos, frentes revolucionárias, a Casa do Estudante do Império, e outras entidades organizadas. Não é meu objetivo estabelecer nenhum tipo de relação com esses elementos, mesmo que eles tenham um vínculo indissociável com as literaturas, influenciando-as e diferenciando-as de maneira enfática e decisiva.

Uso o termo historicidade neste artigo compreendendo-o como “construção do sentido histórico”. Entendendo que as literaturas de Moçambique, Cabo Verde, Angola, Guiné Bissau e São Thomé, estão em consonância com o tipo de função exercida pela disciplina História. Dentre os fatores que contribuíram para tal postura das literaturas, destaco o fato de que a história do tipo acadêmica produzida sobre os povos colonizados era feita pelo colonizador, o que envolvia o problema de enunciação (quem está falando de quem, sobre quais circunstâncias, a partir de onde). Outro complicador é a falta de quadro especializado nativo que fizesse esse trabalho, problema que se arrasta até os dias de hoje. De acordo com Luis Kandjimbo, que reflete sobre a realidade angolana, partindo das considerações do relatório: *Contributos para a Revitalização da Universidade em Angola*, elaborado pela

Universidade do Porto. O autor atesta a “inexistência de uma unidade orgânica dedicada às Letras, Humanidades e Ciências Sociais e Humanas” em Angola. Diagnostico que pode perfeitamente ser estendido para toda África.

Vale ressaltar que todos os gêneros da literatura, romances, contos e poesias serão levados em consideração nas abordagens que serão feitas. Mas a poesia vai merecer um papel de destaque no texto, em razão do apelo histórico ser mais explícita em seu texto. Pires Laranjeira, argumenta que a preferência dos africanos pela poesia, enquanto forma de protesto social, se deve pela facilidade de memorização, o que permitia sua transmissão mais rapidamente já que sua mensagem tinha como finalidade operar uma intervenção na sociedade. Ainda segundo o autor, “a poesia convinha mais a expressão de revolta e à denuncia directa, pontual e emocional de quadros históricos, sociais e políticos” (LARANJEIRA, 1975, p.178). Sem contar, é claro, que a poesia exerceu uma função ideológica vital, principalmente nos momentos de guerra colonial, ela foi mais um guerrilheiro a ir para o front. Sobre o engajamento da poesia, Manuel de Souza e Silva discorre,

De um lado, estão os que a aceitam, sem restrições, por seu viés político-ideológico: a poesia, entende-se, é o veiculo de transmissão e ampliação da revolta. A contraposição é feita por aqueles que a e recusam por sua “pouca poeticidade”, por sua “excessiva instrumentalização”, por seu “panfletarismo”, ou seja, por não seguir as receitas da tradição poética. (1996, p.119).

A importância da poesia como arma de combate está representado no fragmento do poema *Motivo* do angolano Costa Andrade:

“Juntei na mão  
Os meus poemas  
E lancei-os ao deserto  
Para que as areias  
Se transformem em protesto”

As literaturas africanas desempenharam um papel muito importante na luta pela independência e na projeção de uma nação. Foram protagonistas de uma guerra que foi também ideológica. Hoje, a luta é para se libertar da perifericidade e dos status de subliteratura a que foram reduzidas dentro de um espaço intelectual que toma a literatura ocidental como referência. Essas narrativas, muitas vezes, foram julgadas inferiores devido à simplicidade de sua escrita (principalmente a poesia de combate) e à relação direta dessa escrita com a política vigente. Além disso, segundo alguns críticos, a produção elaborada nesses “espaços geográficos” não pode ser encarada como nacional, já que há uma

inviabilidade de se definir o que seria “nacional” numa população composta por etnias díspares, cuja fronteira territorial é resultado de uma divisão artificial.

As literaturas de Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe se deparam constantemente com a questão da legitimidade. O problema se torna mais contundente quando se questiona o fato dessas literaturas serem escritas na língua do colonizador, essa “colagem”, faz com que a produção literária africana seja encarada como uma espécie de produto neocolonial. Há uma cobrança para que o autor represente em sua obra formas de expressão reconhecidas como “autenticamente” africano pelos não-africanos. Como o tocar de tambores, a natureza selvagem, o velhinho sentado na beira da fogueira, os dúbios orixás, os mortos que não morrem, e todas as “excentricidades” que envolve o continente. As narrativas que por ventura não tiver essas características não podem ser consideradas “legitimamente” africanas.

Exposto minhas críticas, autocríticas, dificuldades e problemas, só me resta convidar o leitor a percorrer os caminhos de meu raciocínio, tendo a certeza de que ainda falta muito até o final da estrada. De qualquer forma, apresento meus argumentos sobre a questão da historicidade das literaturas africanas de língua oficial portuguesa. A intenção é mostrar como a história é construída dentro da literatura e como esta funciona como objeto historiográfico, usando e se inspirando em três fatores:

Primeiramente, *oralidades tradição oral*: ao recorrer a esses elementos presentes nas literaturas africanas, o escritor busca inspiração nas coisas de sua terra, mas também procura pelas memórias do que se passou. A história sai da memória dos indivíduos e corporifica-se nas páginas literárias. Em segundo, *o passado*: o desejo de buscar o passado reflete basicamente duas intencionalidades: desconstruir os argumentos do colonizador, “comprovando” a historicidade dos povos e a grandeza dos reinos africanos de outrora; e encontrar um referencial próprio que inspirasse a nação que estava sendo construída, demonstrando que as glórias do passado poderiam ser ainda maiores no futuro. E em terceiro, *a nação*: o intuito do tipo de nação que se quer construir deve estar de acordo como o tipo de povo que a constituiria. A única forma de projetar a nação é sabendo a história e os anseios da população.

### **Questões sobre a Literatura**

Bhabha (1998) explica que um texto literário precisa ser dialético e considerar a heterogeneidade da práxis social, cuja articulação textual deve ser aberta às contribuições

exteriores, pois a forma artística é impregnada de marcas sociais e históricas, como uma relação entre a “temporalidade intervalar” e a “realidade intervalar”. Na fronteira entre o tempo e a realidade, “habita uma quietude do tempo e uma estranheza de enquadramento que cria a imagem discursiva na encruzilhada entre história e literatura, unindo a casa e o mundo” (1998, p.35).

Vários historiadores e críticos literários, entre eles Antonio Candido (2000) e Jean-Paul Sarte (1978), apontam que a literatura deve ser distinta da historiografia, mas que a produção literária deve ser respeitada tanto em seu aspecto do passado, enquanto afirmação retrospectiva de cultura, como em sua perspectiva de futuro, pela preservação de valores que asseguram a continuidade de uma cultura hegemônica e porque, na sua materialidade, a obra literária faz circular informações, traz em voga valores e princípios que constituem a literatura como reino específico.

Conforme Candido, “o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato freqüentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas”. (2000, p.172). Ao longo dos tempos, a Literatura e a História mantiveram relações estreitas, uma complementava ou ilustrava a outra. O autor afirma ainda que “a Literatura é um processo histórico, de natureza estética, que se define pela inter-relação das pessoas que a praticam, que criam certa mentalidade e estabelecem certa tradição.” (1995, p.8-9).

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a um certo modo de percepção que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica daquele que escreve. (CAETANO 2007, p. 3).

A produção artística – aqui particularmente a Literatura – surge como parte do processo de consolidação das identidades nacionais, por meio de seu caráter de representação. Exemplo disso é a busca de expressão de identidade cultural que a literatura africana vem demonstrando, ao resgatar traços culturais preservados pela oralidade, e através de uma voz de engajamento social, o que confirma o caráter de representação da criação artística, sendo uma projeção que uma sociedade faz de si mesma, buscando representar a realidade, e não apenas reproduzi-la.

Na linguagem artística, há confluência de práxis coletivas, de modo que a estratégia discursiva se configura como uma inserção subjetiva com que o escritor-criador procura reciclar formas estabelecidas, cujo imaginário materializa aspirações que,

dialeticamente, não são apenas suas, mas de toda uma coletividade, de modo que a consagração do objeto de arte só se efetiva a partir da articulação entre a produção artística e um engajamento social, através do diálogo da instância discursiva em vários níveis com o conjunto da vida cultural, evocando temas relativos às carências do povo (MAGNANI, 2001, p.31).

Para Magnani (2001), a literatura é elemento transformável e transformador, pela dialética entre a simbologia da obra e a simbologia social, em que o indivíduo atinge o universal, seja pela liberdade de formas ou pela intertextualidade que permite correlações entre obras de épocas diferentes, o que possibilita à criação literária instituir-se como fator multicultural. Essa condição dialética se explica pelo fato de que a ficcionalidade simboliza um espaço público, compreendendo-se como uma retomada e uma reconfiguração da maneira como uma sociedade simboliza a sua História.

Essa relação História-ficção é um dos elementos que reforçam a função humanizadora da literatura, sobretudo pelas possibilidades de (re)criar, questionar, transformar. A literatura “é uma forma de conhecimento da realidade que se serve da ficção e tem como meio de expressão a linguagem artisticamente elaborada” (D’ONOFRIO, 1999, p.10), ou seja, o próprio conceito de literatura está relacionado ao contexto e ao julgamento de valor, e este julgar relaciona-se com o meio histórico. A obra de arte é como uma síntese de toda potencialidade humana, revelando sua importância, fracassos, negações, levando o ser humano à reflexão. A literatura “não corrompe nem edifica” como convencionalmente a rotulamos, ela traz “livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 1972, p.5).

Jobim (1992) esclarece que o autor, ao elaborar sua obra, conhece as delimitações do considerado literário no momento, induzido pelo próprio contexto, pelas normas vigentes. Cada época tem seu quadro de referência, normas estéticas, convenções, visões e valores de mundo para relacionar e constituir a literatura, a partir das quais efetua julgamento.

Na relação Literatura e História, não se deve investigar até que ponto, ou melhor, até onde se estende o discurso literário, ou em que ponto se inicia ou se limita o discurso histórico, mas sim realizar um diálogo produtivo entre estes elementos, conforme a concepção aristotélica da imitação artística da realidade. “È evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade (...)” (MAGNANI, 2001, p.78).

Assim entendida, a obra literária pode “reciclar o mundo”, de forma que através de um discurso subjetivo, é possível chegar-se à verdade histórica através da literatura, pois “não se trata de substituir a história pela ficção, mas de possibilitar uma aproximação poética em que todos os pontos de vista contraditórios, mas convergentes, estejam presentes, formando uma representação totalizadora, uma forma privilegiada de se ler os signos da história.” (ESTEVEVES, 1998, p.12).

Neste pressuposto, pode-se dizer que o texto literário muitas vezes serve de instrumento para retratar a realidade, com intuito de pensar, persuadir, informar, documentar, alertar, refletir ou simplesmente proporcionar prazer ao leitor, mas também como condutor de conhecimentos do mundo, cuja práxis social permite a conscientização de realidade passadas, presentes e de projeções futuras. Para Zilberman (2002), a literatura é metalingüisticamente social e ideológica, tendo como função principal o discurso de compromisso com a realidade, com a história.

### **Trajetórias históricas, perspectivas literárias: Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe:**

As relações entre portugueses e africanos estabelecida desde o século XV, estreitam-se pelas feitorias de captura de escravos destinados, a grande maioria, às economias de *plantations* na América, principalmente no Brasil. O fim do tráfico e a independência do Brasil impõem à necessidade de se pensar um novo império. Como pontua Valentim (2000), o imaginário português criou a idéia de que o país não poderia sobreviver sem o império devido ao perigo de ser absorvido pela Espanha, devendo, portanto, criar um novo Brasil. “A idéia vai marcar todo pensamento nacionalista português dos séculos XIX e XX, que vê na construção de um novo sistema colonial a preservação da herança histórica e a garantia da existência da nação”. (2000, p. 181).

A postura de Portugal frente aos povos africanos foi condicionada pelos diferentes momentos históricos, mas foi certamente no final do século XIX, com a conferência de Berlim, que a situação se altera visivelmente. Serrano (2007), pontua que este encontro teve como principal objetivo regulamentar a expansão das potências coloniais na África, visava ordenar e estabelecer consensos diplomáticos. Uma das resoluções diz respeito à necessidade de uma ocupação efetiva, essa atitude provoca uma alteração na relação África-Europa, já que a obrigatoriedade da presença acontece por intermédio da violência física e

simbólica. O moderno Imperialismo usou de estratégias político-ideológicas para justificar a presença e a brutalidade do ato colonial.

Uma das grandes armas do imperialismo é o poder de nomear e rotular. O pensamento dominante a partir de uma perspectiva preconceituosa, promoveu com frequência reflexões equivocadas sobre a África. Esse olhar quase sempre foi realizado com lentes impróprias o que provocou visões distorcidas e equivocadas. Todas as idéias preconceituosas e racistas foram revestidas de legitimidade científica (especialmente antropológica), fazendo com que se tornassem instrumentos políticos para comprovar a superioridade ocidental e justificar a invasão sistemática de países europeus na África. Segundo Andersom Oliva, essas teorias tiveram um efeito norteador nas representações elaboradas sobre os africanos do século XIX em diante. “A dominação imperial, a imposição da fé cristã e dos valores europeus, estariam justificadas pela inferioridade biológica, mental e espiritual dos povos do continente.” (2005, p.104)

O imaginário ocidental construiu uma imagem da África comprometida com as teorias evolucionistas e o Darwinismo social. Os africanos, a partir dessa perspectiva, foram “classificados” para ocupar os estágios iniciais da evolução humana. Assim, estariam muito mais próximos dos animais do que do *homo sapiens*. O continente seria um espaço onde povos identificados como primitivos viveriam em um estado de barbárie. As relações seriam regidas por credices e superstições. Segundo Hernandez, “o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribui em amplo espectro de significações negativas tais como frouxo, fleumático, indolente e incapaz” (2005: p.18). As sociedades africanas foram entendidas como sem cultura, sem arte, sem escrita, logo, sem história.

A lógica colonialista incorporou o discurso da diferença e inferioridade para justificar as suas ações no Continente Africano. A presença européia seria uma “ajuda” para que os povos superassem seus atrasos. O modo de viver europeu seria um espelho, um modelo a ser seguido no caminho da evolução humana, só assim os africanos iriam estreitar sua presença na história da humanidade. Para Fanon (2005), um dos artifícios usados pelo colonizador na sua tarefa de subjugação foi a desvalorização dos sujeitos e do passado dos colonizados.

(...) o colonialismo não se contenta com impor a sua lei ao presente e ao futuro do dominado. O colonialismo não se contenta com encerrar o povo nas suas redes, com esvaziar a cabeça do colonizado de qualquer forma e de qualquer conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, e aniquila-o. Essa empresa de desvalorização da história anterior à colonização assume hoje o seu significado dialética. (FANON, 2005: p. 244)

Nessa medida, as literaturas africanas nascem como uma recusa à literatura e ao pensamento colonial. Tornam-se um espaço de negação, protesto e reivindicação. A intenção é reescrever sua história, que não será concebida como um simples anexo da história ocidental. Desconstruir a discursividade colonial é uma maneira de reinscrição e reinvenção da África. Na efetivação desse projeto, que se alinhava na luta contra o colonialismo, e na tentativa de edificar sua história, a literatura lança mão de alguns artifícios que têm como principal objetivo ressaltar a africanidade dessas produções.

A formação e o desenvolvimento das literaturas africanas de língua portuguesa, desde o primeiro livro impresso, em 1849, até à actualidade, passaram pela construção do ideal nacional no discurso. No discurso literário, o nacionalismo foi a antecipação da nacionalidade, modo específico de a escrita se naturalizar como própria de uma Nação-Estado em germinação. A consciência nacional, no discurso literário, atravessou, assim, diversos estádios de evolução, desde meados do século XIX até à actualidade. (LARANJEIRA, 2001,p.185).

A incorporação de elementos da oralidade, a desconstrução gramatical da língua oficial, a mitificação do passado glorioso, o aspecto de denúncia, o intenso compromisso político, o uso de línguas e expressões culturais nativas, representam a ânsia desses escritores em se afastar da perspectiva colonial e fundar algo que pudesse ser visto e identificado como efetivamente africano. A elaboração de um contra-discurso colonialista está presente na poesia Negra da poeta moçambicana Noemia de Sousa

Gentes estranhas com seus olhos cheios doutros mundos  
Quiseram cantar teus encantos  
Para elas só de mistérios profundos, de delírios e feitiçarias...  
Teus encantos profundos de África.

Mas não puderam.  
Em seus formais e rendilhados cantos,  
Ausentes de emoção e sinceridade, quedas-te longínqua, inatingível,  
Virgem de contactos mais fundos.  
E te mascararam de esfinge de ébano, amante sensual,  
Jarra etrusca, exotismo tropical,  
Demência, atração, crueldade,  
Animalidade, magia...  
E não sabemos quantas outras palavras vistosas e vazias.

Nesse caminho, a oralidade é um dos elementos mais importantes que compõem essa estratégia de desconstrução da imagem produzida pelo ocidente em relação à África. A incorporação dessa forma discursiva nas obras literárias é a maneira que os autores encontraram de evidenciar características lingüísticas presentes nas culturas locais, que foram

inferiorizadas pelo colonizador, buscavam com essa medida uma maior identificação com as referências nacionais. A evocação dessa forma de expressão é a legitimação do tipo de conhecimento ancestral que ela produz. A valorização da oralidade é também a exaltação da sabedoria milenar que rege esses povos, e do seu passado glorioso fielmente guardado na memória e repassado verbalmente ao longo das gerações.

Um dos grandes equívocos forjados pelo pensamento ocidental foi pensar a África como um continente ágrafo. A questão se resumia no fato de que se um povo não tem escrita, não tem uma história. Essa simplificação não era inocente, ignorar a singularidade do continente e suas especificidades culturais era a maneira de as potências ressaltarem suas diferenças e firmarem sua superioridade perante o outro. Não era desconhecido dos Europeus que parte da África tinha um moderno sistema de escrita, principalmente em regiões que foram penetradas pelo Islã. Também não é segredo nenhum a antiguidade da escrita egípcia (hieróglifos).

“Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa ausência do escrever, e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados” (Vansina, apud Fonseca, 2006: 115). Na verdade, o que se tem é uma predominância da oralidade em detrimento da escrita. Mesmo em lugares com escrita, muitas vezes ela era relegada a um plano secundário. O fato de ter sido essencialmente ágrafa não priva a África de ter um passado e um conhecimento legítimo, como alegavam os europeus.

Vale salientar que as oralidades não são algo da “natureza” intrínseco ao africano. Esse tipo de essencialização se mostra perigoso ao atribuir a aspectos culturais a origens biológicas. Segundo Leite, a predominância da oralidade em África é resultante de “condições históricas (...). Apesar disso, muitos críticos partem do princípio da que há algo de ontologicamente oral em África, e que a escrita é um acontecimento disjuntivo e alienígena” . (Leite, 1998: 17).

Narrar histórias está na base da condição de ser humano, está relacionado com a necessidade de resgatar a experiência da perenidade e da fragilidade da vida. Na África, a presença da oralidade está diretamente relacionada com a importância da memória, do testemunho. Para Hampaté Ba, o conhecimento sobre a África só será possível caso “se apóie nessa herança de conhecimento de toda a espécie, pacientemente transmitidos, de boca a ouvido, de mestre a discípulo ao longo dos séculos. Essas heranças pode se dizer são memórias vivas da África”.(BÂ, 1982: p.182).

Fernanda Cavacas (2006), afirma que a tradição oral na África é um sistema de auto-interpretação concreta. Por ela a sociedade explica o outro e a si própria. A palavra

falada traz em si a intenção da aprendizagem, que é feita dentro da própria família, através dos mais velhos, dos tradicionalistas ou griots. A transmissão da experiência por intermédio da palavra falada, além do seu valor moral fundamental, possui caráter sagrado, e é associada com uma origem divina e com forças ocultas nela depositadas.

A palavra falada é o código social que rege as instituições, tem a função de depositária da memória e do saber instituído, é regida pela força da voz. A tradição oral, de acordo com Hampaté Ba (1982), é ao mesmo tempo religião, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, tudo o que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Esses conhecimentos são passados em forma de provérbios, máximas, adágios, lendas, fábulas, poesias, contos, músicas, histórias e mitos. Ainda segundo o autor,

Nas civilizações orais, a palavra compromete o homem, a palavra é o homem. Daí o respeito profundo pelas narrativas tradicionais legadas pelo passado, nas quais é permitido o ornamento na forma ou na apresentação poética, mas onde a trama permanece imutável através dos séculos, veiculada por uma memória prodigiosa que é a característica própria dos povos de tradição oral. Na civilização moderna, o papel substitui a palavra. É ele que compromete o homem. (BÁ, 1997p.).

A oralidade, sendo um dos elementos mais representativos das culturas africanas, invade a escrita formal da língua portuguesa, assumindo um novo papel, dando um outro tom às narrativas. Segundo Lourenço Rosário, a literatura de tradição oral se encontra refletida na literatura escrita na forma e no conteúdo, com a adoção de recursos estéticos, integração de elementos estruturais e recuperação de valores, o que permite sugerir que a cidade e o campo estão tão próximos, na conjuntura atual, de tal forma que é impossível vislumbrar universos integrados dessa proximidade criando modelos de identidade.

A tradição oral é um dos grandes temas das literaturas, em parte por ser uma das marcas das ideologias nacionalistas. Com os movimentos de libertação, houve a necessidade de buscar elementos que gerassem, nas populações, um sentimento de identificação, orgulho e reconhecimento dos traços culturais. O apelo à oralidade está relacionado com a partilha de um sentido, uma ligação comum que une as populações, a literatura ao incorporar esses elementos exaltava a diferença frente ao colonizador e resgatava a dignidade das culturas africanas. Alfredo Margarido (1987) pondera que a recuperação da autonomia cultural antecipava e confirmava a recuperação da autonomia política.

Se esse apego ao passado pode ser percebido na escolha temática, no domínio da estrutura poética podemos detectar outros sinais desse enraizamento. Estamos pensando na presença da tradição oral que sutilmente corta essa produção literária. Surge explícita ou implicitamente um tom de conversa sugerindo a interlocução própria da oralidade. (CHAVES, 2000 p. 248).

É fundamental pensar a oralidade e o seu papel transformador nas análises feitas sobre as literaturas africanas. A linguagem literária ajusta-se aos propósitos do escritor africano de ressaltar elementos que expressem seu povo, a única forma de conseguir se ver na língua do opressor e burlando as regras gramaticais do português. A desobediência traduz-se na adoção de procedimentos que envolvam o campo lexical, morfológico, sintático, valendo-se de empréstimos das línguas locais e de tudo mais que considere válido para conferir uma feição africana à linguagem portuguesa. A utilização de expressões nativas, o recurso aos provérbios veiculados nas línguas nacionais, a criação de termos através de processos de amálgamas, o uso sem preconceitos de corruptelas próprias da fala popular, constituem a base do fenômeno de apropriação e contaminação do idioma oficial. A língua já não é a que o colonizador trouxe, ela que outrora foi um veículo privilegiado de dominação, é agora um veículo de libertação, pois sofre um processo de metamorfose, de africanização.

Por intermédio da insubmissão às regras da literatura colonial e aos valores do colonialismo, funda-se um novo estilo lingüístico comprometido com o seu povo. Buscam-se novos parâmetros para pensar e dizer o país. A língua escrita é um dos meios escolhidos para recuperar a mundividência mítica, as marcas culturais da sociedade tradicional, o onirismo e a simbologia a ela ligados, privilegiando a relação entre homem e natureza. Como bem define Secco (2006), há uma oraturização do sistema verbal português. Nessa dinâmica, elementos fundamentais da oralidade são agora apropriados pela escrita. Dessa maneira, de acordo com Leite,

O romancista africano tende a recuperar simbolicamente a preeminência do narrador que, na tradição oral, recebe o legado e o retransmite, orientando o acto narrativo, com autoridade incontestada pelo seu público, e pelas personagens da sua narrativa. (LEITE, 2005: 60).

As literaturas escritas em língua oficial portuguesa coexistem na maleabilidade das narrativas, fazendo coabitar o novo com o antigo, a escrita com a oralidade, num discurso híbrido. Origina uma escrita criativa mestiça, resultante dos diálogos entre formas de textualidade das línguas europeias escritas e formas de textualidade das línguas nativas. As palavras falam da busca de um lugar entre o que poderá ser e o que foi, da procura de uma

identidade condicionada ao exercício constante da sobrevivência nas diferenças. Como bem definiu o escritor moçambicano Mia Couto (2002), o português sozinho não consegue transmitir a realidade africana, há que se usar as potencialidades da língua portuguesa e trabalhá-la inserindo elementos que possam representar os significados da África. Nessa perspectiva, nada mais próprio do que as oralidades, essa “mutação” nada mais é de que uma maneira africana de contar coisas africanas usando a língua portuguesa. O poeta moçambicano Jorge Viegas nos mostra em sua poesia *Subversão* a importância da transformação lingüística como forma de contestação da ordem instituída.

O pintor subverte a paisagem  
O poeta subverte os planos da linguagem  
O guerrilheiro subverte os homens sem mensagem.

Subverte, Subvertemos.  
Subvertidos fomos.  
À subversão devemos  
A estatura do que somos.

Na construção de modelos literários e culturais próprios em um processo de auto-afirmação, de busca de expressão própria, a autoridade e as certezas instituídas pelo discurso hegemônico do colonizador são subvertidas, questionadas, desestabilizadas para produzir um novo discurso híbrido e libertador, em consonância com o momento político, seja de luta pela independência, seja de luta pela consolidação do estado nacional. A percepção da individualidade dessas culturas subalternas cria uma política afirmativa das diferenças, um pensamento da margem que prima pela lógica da diversidade, da enunciação fraturada e híbrida. O processo de ressimbolização do que é ser africano, moçambicano, macua, formula um projeto libertador que é político e literário, compromissado com os referentes históricos.

A criatividade e a inventividade lingüísticas são características de literaturas que se querem afirmar diferentes da do colonizador, que se inscrevem na mesma língua, de certa maneira incorporando as aspirações colectivas e estilizando uma tendência natural do dinamismo de uma língua quando é transportada pra outros espaços, falada por outras gentes, para expressar realidades outras. (MATA, 1998, p.263).

A luta contra a dominação estrangeira e pela afirmação de uma identidade nacional efetuada pela literatura passa necessariamente pela retomada da dignidade do passado. A descaracterização da imagem forjada pelo opressor se dá por intermédio de uma “recuperação” e valorização da história que fora negada ou mal contada pelo colonizador. Essa incursão ao passado se faz necessária na medida em que criar um sentimento nacionalista ou

de identificação nacional requer, obrigatoriamente, se livrar da negatividade imposta pelo colonizador e fundar bases que afirmem a aspiração da construção de um país independente ou de uma nação consolidada. Esse exercício quase sempre é feito pela criação de mitos fundadores, invenção de tradições, criação de heróis, elevação do passado. Para Manoel Ferreira (1987) o texto literário africano nega a legitimidade do colonialismo e faz da revelação e da valorização do universo africano, sua raiz primordial.

A incorporação da oralidade é também a introjeção do que a compõe. Os eventos narrados ou cantados pelos chamados detentores da memória social, assumem um papel determinante diante da literatura escrita, já que resguardam do esquecimento os grandes feitos heróicos e as civilizações esplendorosas de épocas passadas, que foram desconsideradas pelo colonizador. A destituição da História Oral do estatuto de legitimidade não foi por acaso ou inocente, mas tratou-se de uma estratégia de negação da historicidade do continente africano.

A compilação dessas experiências ao longo do tempo não foi feita em letras, papel ou pergaminho, mas na mente daqueles que eram designados para serem os guardiões da história de um povo, que poderiam ser os tradicionalistas, griots<sup>1</sup>, ou o mais velho da comunidade. Apesar de não fazer parte do território colonizado por Portugal, que é o nosso espaço de compreensão, a epopéia de Sundjata, ou epopéia Mandinga, que foi coletada das histórias orais pelo historiador senegalês Djibril Tamsir Niane, é um exemplo cabal de como as narrativas orais podem fornecer informações importantes sobre o passado dos povos colonizados. Essa narrativa oral africana nos conta a respeito dos feitos e glórias do fundador do Império do Mali, Sundjata Keita, mas também nos proporciona importantes revelações sobre a vida social, política, a idéia de tempo, espaço, as religiosidades e a penetração do islã naquela sociedade.

Voltar ao passado se transforma numa experiência de renovação, de autognose, de dimensionar sua própria existência. Ao colocar em letra e papel as histórias bem conhecidas pelas primorosas memórias, tem-se a oportunidade de se fazer reconhecer e lembrar a si e ao colonizador que grandes reinos e civilizações fizeram parte da África, como o Império da Etiópia, Egito, Núbia, Gana, Songai e Monomotapa. De acordo com a professora Rita Chaves,

Instrumento de afirmação da nacionalidade, a literatura será também um meio de conhecer o país, de mergulhar num mundo de histórias não contadas, ou mal contadas, inclusive pela chamada literatura colonial (...) Personagens lendários são recuperados no recorte que interessava às circunstâncias do momento, o que significa erguer um ponto de vista diverso daquele que até então vigorava. Tratava-

se, sem dúvida, de voltar-se contra o processo de reificação que está na base do modo colonial de ver o mundo. (2000, p. 251).

A invasão das nações europeias no continente africano é de fato uma parte da história da África, mas não é a história em si. A “inauguração” histórica desse continente não se dá com a presença do colonizador, é sempre bom lembrar que o contato da África com os povos europeus foi uma constante desde os primórdios da história da humanidade. Eles eram realizados sempre sob a ótica da autonomia e liberdade. Esse estado só fora alterado no final do século XIX com a corrida colonial.

A efetiva presença europeia na África, acompanhada pela violência da dominação, não foi realizada de maneira submissa e pacífica. A resistência à agressão do colonizador foi permanente nesse processo de dominação. Muitas foram as formas e os movimentos de resistência frente ao colonizador. Esses eventos são de extrema importância, já que enfatizá-los é dar luz a importantes indivíduos históricos que fizeram da luta de libertação parte de suas vidas. A partir dessa dialética dominação/resistência, uma nova relação entre subjugador/subjugado se impõe e dita o futuro das sociedades africanas.

A luta contra o colonialismo constituiu-se em negação da submissão secularizada e introjetada no espírito do colonizado. Assume, em virtude disso, o caráter de luta contra todos os valores de que o colonizador é portador e defensor. Por outras palavras, o combate configura a necessidade da busca de valores que afirmem o colonizado e neguem o colonizador. A ruptura pressupõe a recuperação da própria história. (SILVA,1996, p.69).

As literaturas cabo verdianas, são tomenses, guineenses, moçambicana, angolana, configuram-se como um importante instrumento de resistência frente à exploração portuguesa. Uma das estratégias usadas nessa prática é a valorização, da História nacional. A busca pelo orgulho do passado realizado pelos artistas, não se dá unicamente em níveis nacionais, as glórias que são exaltadas são de todos os povos do continente que estão engajadas na luta contra o imperialismo. Essa atitude revela um sentimento de solidariedade e cumplicidade que unia todos em torno de uma experiência e de um objetivo em comum: o colonialismo e a liberdade. Em relação a essa postura de valorização do passado, de maneira continental, Fanon (2005) justifica afirmando que é uma resposta ao colonialismo, já que este também exerceu sua dominação e condenação em nível continental. Segundo o autor,

Esse mergulho não é especificadamente nacional. O intelectual colonizado que decide declarar guerra às mentiras colonialistas trava esse combate à escala do continente. Valoriza-se o passado. A cultura que é arrancada ao passado para ser mostrada em todo o seu esplendor (...). O intelectual colonizado que partiu muito

longe do lado da cultura ocidental e que decide proclamar a existência de uma cultura nunca o faz em nome de Angola ou Daomé. A cultura que se afirma é a cultura africana.(FANON, 2005: p.245)

Essas literaturas sempre estiveram antenadas com os movimentos políticos, sociais, de resistência e solidariedade ao povo negro, como o pan-africanismo e a negritude, já que estes também trazem em seus pensamentos a iniciativa de valorização do passado e a mitificação do continente. Essas formas de manifestação são guiadas por uma noção de irmandade simbólica, que visava o combate ao racismo, a luta pela liberdade e a posituação do negro. Essas mobilizações que se efetivaram no âmbito político e acadêmico, repercutiram e influenciaram ideologicamente na criação de grupos culturais, revistas, grêmios, sindicatos e, principalmente, nas políticas de luta pelas independências. As literaturas tomadas como objeto neste trabalho, também tiveram esses ideais refletidos em suas produções, principalmente os da negritude.

A negritude é considerada um dos mais importantes movimentos poético-cultural e político-social de crítica ao colonialismo e ao racismo, foi um dos principais instrumentos ideológicos nas lutas de libertação nacional na África. Tinha entre seus objetivos: a conscientização e reivindicação dos direitos civis dos negros, a reversão do sentido pejorativo de elementos que eram associados ao mundo negro, a construção de uma nova identidade baseada no critério racial fosse ostentada com orgulho. A negritude é tributária do sentimento de fidelidade, e solidariedade racial do pan-africanismo, é uma resposta identitária, racial e étnica ao excludente universalismo colonialista. A negritude, com o seu discurso sobre o colonialismo, teria como objetivo criar um alteridade que se contrapusesse à identidade imposta pela metrópole, muitas vezes a partir de suas políticas de assimilação<sup>2</sup>.

Para Laranjeira (1975) a poesia da Negritude foi escrita com a intenção, entre outras, de fazer passar uma mensagem de luta anti-colonial e de crença na mudança. Esses encontra-se estampado na poesia *Canção do Mestiço* do são tomense Francisco José Tenreiro,

Eu também canto a América  
Eu sou o irmão mais escuro  
Eles me mandam comer na cozinha  
Quando as visitas chegam,  
Mas eu dou gargalhadas  
E como bem,  
E como forte  
Amanhã  
Eu sentarei à mesa  
Quando as visitas chegarem.

Ninguém irá ousar  
Dizer-me,  
«Coma na cozinha»  
Então.

O conceito de africanidade, que converge do ideal continentalista, é fundamental para a idéia de autonomia tanto política quanto cultural, por radicar uma posição marcada por questões de ordem libertária, de contestação ao eurocentrismo, de construção das identidades dos povo africano, constituindo uma luta que historicamente tem sido incorporada pela literatura no continente.

A negritude, por sua vez, como um discurso do homem negro universal, introduz no discurso literário uma consciência racial que supera diferenças de classe e étnia para expor a condição do sujeito explorado e alienado no decurso da história. Segundo Laranjeira,

O discurso da Negritude constitui, portanto, a emergência estética da ampla doutrina da africanidade e da ideologia pan-africanista, contributo inestimável para o fazer literário segundo uma concepção autonomista que, embora aceitando naturalmente os contributos culturais variados (políticos, ideológicos, científicos, étnicos, populares, eruditos, etc.), incluindo os europeus, se atém a princípios autonomistas, africanos, anti-colonialistas, recusando a submissão aos padrões impostos pelas potências dominantes. (2001,p.53).

A construção da identidade nacional, conquanto guarde especificidades, passa pela experiência que a África teve nos últimos cinco séculos. Com a chegada dos primeiros portugueses, ainda no século XV, iniciou-se um processo de administração dos conflitos popularmente conhecido como “dividir para reinar”, desencadeado pelos exploradores. Em um continente que já tinha problemas de disputa interna pela dominação entre etnias, a ganância depredadora dos impérios europeus, sobretudo português, inglês e francês, acirrou hostilidades entre comunidades de uma mesma região. Esses problemas, somados à demarcação aleatória dos limites geográficos na Conferência de Berlim (1884-1885), dificultaram o surgimento de um sentimento de unidade nacional.

Em face disso, os conceitos de africanidade e negritude desempenham um papel fundamental na legitimação, de um sentimento de unidade nacional, e de autonomia, que passava simultaneamente pela luta armada. A literatura africana incorpora e transmite esses ideais. Ela passa a ser uma bandeira, um estandarte onde a ideologia da libertação é pintada em cores fortes e intensas, as idéias da pátria livre e nação autônoma confundem-se

com a própria arte. O escritor é quem porta, transmite os desejos da sociedade a sua mensagem é um brado de denuncia contra a opressão, *Tecto de Silêncio* do poeta guineense Antonio Soares Lopes é um grito contra a violência do opressor.

Ergo a minha voz  
E firo o tecto de silêncio  
Nego a morte de crianças  
Porque há míngua de medicamentos

Na angústia  
Liberto o verbo  
Mordo o pólen da desgraça  
Que grassa  
Nesta África desventurada  
Em obra  
E graça  
Subdesenvolvendo-se

Antony Smith (1997), argumenta que as nações e o nacionalismo devem ser compreendidos como fenômeno cultural e não apenas como ideologia ou forma de política. O nacionalismo se relaciona como conceito de identidade nacional de caráter multidimensional, que compreende sentimentos, simbolismo e uma linguagem específica. Assim, a identidade nacional é encarada como um fenômeno cultural coletivo. A identidade individual, por sua vez, que vai compor esse coletivo, é formada por múltiplos papéis sociais e categorias culturais, baseados em classificação de caráter móvel. Essas categorias, segundo Smith, são classificadas, conforme as identidades, em familiar, territorial, de classe, religiosa, étnica e de gênero sexual.

Ao analisar a relação do “sujeito fragmentado” e suas identidades culturais, Stuart Hall parte do princípio de identidade nacional para afirmar que a identidade cultural é metafórica, não está impressa em nossos genes. Nesse sentido, a nação passa a ser sistema de representação cultural, onde as pessoas participam da idéia de nação tal como representada em sua cultura nacional, numa forma de comunidade simbólica. Portanto, as diferenças regionais e étnicas foram aos poucos sendo colocadas no que Ernest Gellner chama, segundo Stuart Hall, de “teto político” do estado nação, num discurso próprio que organiza e constrói sentidos com os quais o sujeito se identifica e forma a própria identidade.

A busca pela identidade cultural de um povo passa pelas diversas etapas de construção da nação, dentro do processo inevitável de evolução e involução histórica. Segundo Abdala Junior, independe da situação em que se encontra, seja colônia ou antiga metrópole, as raízes de qualquer nação estão “nos múltiplos povos que a formaram e que

conseguiram desenvolver culturas tão interessantes como qualquer outra” (ABDALA JR, 1989, p.181). O que surge em questão, portanto, não é o tipo ou a forma de manifestar-se culturalmente dos povos formadores de uma nação, tampouco julgar o valor de cada manifestação para determinada sociedade, mas o fato de serem culturas fundadoras e, conseqüentemente, parte de um coletivo várias vezes reprimido ao longo da história.

A colonização tardia fez com que o incipiente nacionalismo fosse decisivo para os movimentos de libertação. Liderado por intelectuais muitas vezes vinculados vivendo fora do país, a revolução precisava convencer uma ampla diversidade étnica e lingüística a lutar por uma causa comum, nacional. Mormente nas cidades e em regiões mais próximas dos conflitos armados, consolidava-se um sentimento nacional patriótico, embora estivesse mais ligado à reação contra um inimigo estrangeiro comum do que propriamente ao sentimento de pertença a uma “comunidade imaginada”, como conceituou Benedict Anderson (1989).

Pensar essas literaturas a partir de uma perspectiva histórica é reconhecer o importante papel exercido por elas na construção, ainda que inacabada, da idéia de nação. Podemos delimitar duas posturas diferentes frente à questão nacional no pré-independência, quando a literatura era realizada como um instrumento político de combate ao colonialismo, auto afirmação, cuja preocupação naquele momento era derrotar o inimigo colonial. No pós-independência, quando houve uma modificação de perspectiva no que tange ao aspecto político-instrumental de que a literatura servia à revolução. O ponto de observação passa a ser interno, as preocupações são de âmbito nacional não mais continental. De qualquer forma, a idéia, a compreensão de que são os estados-nação, em África, passa necessariamente pela literatura. Patrick Chabal (1954) afirma que,

A literatura é uma componente central da identidade cultural de todos os estados-nação, apesar de evidentemente ser muito mais do que isso. Nessa perspectiva, a moderna literatura é melhor entendida historicamente como uma das mais importantes formas de produção cultural, através das quais um estado-nação pode ser identificado. (1994, p.15)

Mesmo após os processos de independência, as literaturas moçambicana, angolana, são tomense, cabo verdiana e Guineense, continuam sendo um palco de reflexão sobre a realidade dos recentes estados nacionais. Ocorre apenas uma mudança de perspectiva dos autores, o foco não é mais um discurso ufanista de oposição ao regime colonial, agora, de acordo com Salgado (2004) os escritores pós-coloniais buscam novos caminhos e experiências ficcionais, continuam ligados ao fenômeno colonial, mas voltam-se para questões que aflige as sociedades no presente. Segundo Benjamim Abdala Junior (2003) a

identidade cultural dos países colonizados mostra-se por uma luta que não se esgota na independência política. É uma conquista contínua de uma autodeterminação a efetivar-se dentro das condições de subdesenvolvimento e de necessidade de modernização.

Num tempo distópico, atravessado pelo desencanto e pela perda da inocência, o tempo pós-colonial, Memória e História são agora matrizes do novo discurso da identidade cuja topologia passa também pela revitalização de um passado e o questionamento de um passado mítico, construído sobre uma mística do heróico e do épico, em que radica o discurso nacionalista. (MATA, 1999, p.253).

A preocupação não é mais o colonizador, mas o rumo que a pátria toma, a relação do mundo com a África e da África com o mundo, a relação povo e poder instituído. É inegável o clima de desencantamento presente em algumas obras. Sentimento gerado talvez pelas guerras civis que assolaram os países e que colocaram irmãos contra irmãos. Ou pela postura tirana e violenta que alguns chefes de estado assumiram ao conquistar o poder. O romancista angolano Pepetela em sua obra *A Geração da Utopia* nos mostra o clima de incerteza e rememoração dos fatos vividos, que invade a Literatura.

(...) Costumo pensar que a nossa geração devia chamar a geração da utopia. Tu, eu, Laurindo, o Vítor antes, para só falar dos que conhecestes. Mas tantos outros, vindos antes ou depois, todos nós a um momento dado éramos puros e queríamos fazer uma coisa diferente. Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos, o Paraíso dos cristãos, em suma. A um momento dado, mesmo que muitos breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... Tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. Quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. Cada um começou a preparar as bases de lançamento para esse poder, a defender posições particulares, egoístas. A utopia morreu. E hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só resta um discurso vazio. (...) <sup>2</sup>

Para Kwame Anthony Appiah (1997), os modernos escritores europeus estão voltados para a descoberta de um “eu” que seja objeto de uma viagem interior de descobrimento. Sua referência é si mesmo e sua preocupação é com a autenticidade e como existencialismo. Os escritores africanos por sua vez, estão preocupados com o “nós”. O seu problema consiste em descobrir um papel público, sua luta é para desenvolver suas culturas. Para esse autor “há uma profunda diferença entre os projetos dos escritores contemporâneos europeus e africanos: uma diferença que resumirei, a título de slogan, como a diferença entre a busca do eu e a busca de uma cultura.” (p. 113)

---

<sup>2</sup> PEPETELA. A geração da utopia. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p.202.

O autor supracitado ressalta a necessidade de o intelectual (escritor) africano ver a África não como um subproduto do olhar ocidental “civilizado”, não o continente pan-africano ou negro, mas a partir de sua cultura, um olhar de dentro, com suas tensões, contradições, conflitos e heranças. Rita chaves (2000) argumenta que a consciência da ruptura aberta pelo colonialismo é clara e ilumina a inevitabilidade da situação que mesmo a independência não pode solucionar. Diante do panorama que se abre, não há regresso o que resta a fazer é dinamizar o legado, apropriar-se daquilo que outrora foi instrumento de dominação e foi, seguramente, fonte de angústia. A recuperação integral do passado é inviável. Seu esquecimento total se coloca como uma mutilação a deformar a identidade que se pretende como forma de defesa e de integração no mundo. A de se inventar, interferir, descrever com o que o presente tem a oferecer. Destituído de tanta coisa, o africano recupera-se na desalienação, ponto de partida para a afirmação de seu mundo, para a sua afirmação num mundo que já é outro, no qual ele precisa conquistar um lugar. A empresa colonial levou muita coisa, mas deixou outras tantas.

A obsessão ainda que legítima por construir uma identidade africana pelos movimentos de resistência e independência, ignorou aquilo que Bhabha (1998) define de entre lugar do sujeito colonial. Na ânsia de conferir autenticidade ao sujeito africano na construção de uma imagem, de uma representabilidade, de uma identidade “verdadeiramente africana”, há um retorno às origens, uma sacralização do passado que exclui a experiência colonial. A identidade é representada como algo estável, fixo, que perdurou ao longo do tempo sem sofrer “influências” de elementos externos.

A complexidade da construção identitária, segundo Mbembe (2001), acentua-se quando articulada com a necessidade de se (re) definir a identidade em uma região pós-colonial, marcada pela presença efetiva e violenta do outro colonizador. A necessidade de uma construção da identidade africana esbarra na problemática de cair no essencialismo da raça e na rigidez estática de reproduzir os códigos organizacionais herdados do colonizador, alterando apenas os indivíduos brancos pelos negros. Dessa forma, a questão não seria só a retomada do espaço que o ocidental ocupou na época colonial, mas, como afirma o autor, a reinterpretação do lugar do sujeito pós-colonial inscrito na contra-textualidade colonial e emergente dela.

Pensar uma identidade africana é considerar que as culturas, os sujeitos são híbridos. Said (1994) afirma que, devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas, nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo. Segundo Stuart Hall (2003), o hibridismo não é

uma referência à composição racial mista de uma população, mas um outro termo para a lógica cultural da “tradução”, isto é, um processo através do qual se faz uma revisão dos próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais.

A ambivalência e o antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural. Ao nos deslocarmos, os nossos vínculos com o lugar antropológico são automaticamente revisados, diluídos e novos elementos são incorporados à nossa identidade, que passa a ser outra, híbrida e transcultural. A negociação com a nova cultura, na qual nos inserimos, provoca o surgimento de uma nova identidade que se opõe tanto à assimilação quanto à manutenção integral da identidade vinculada ao lugar antropológico. A esse processo, o antropólogo Fernando Ortiz denominou “transculturização”.

As literaturas continuam sendo um lugar de protesto e representação de idéias e sentimentos. Ela permanece atenta e vigilante em seu eterno compromisso de pensar uma identidade, uma sociedade, uma nação, uma África que se quer melhor. A sua missão enquanto combatente é desconstruir os exotismos e idéias de uma cultura purista “genuinamente africana”. A sua análise deve considerar o homem mestiço, a cultura híbrida, a experiência colonial. Do processo de transculturização geram-se novos e imprevisíveis produtos culturais, as culturas pós-coloniais são marcadas por histórias de deslocamento e por aproximações de diferentes culturas. O sujeito híbrido pensado por Bhabha (1998), que nasce desse processo é declamado na poesia Identidade de Mia Couto, que se inicia com a sugestiva frase: “Preciso ser um outro para ser eu mesmo (...)” .

A relação entre história e literatura apresenta-se como um campo de investigação em que ambas se completam, são meios utilizados para pensar o homem, formas de apreensão do mundo que tem o real como referente. Como mostra Garcia (2002), a literatura é uma historiografia inconsciente que permite um acesso privilegiado a uma temporalidade transcorrida. Forma de evocação do passado que captura as sensibilidades de uma época. Como salienta Sevcenko, “a produção literária revela todo o seu potencial como documento, como uma instância complexa, repleta das mais variadas significações que incorpora a história em todos os seus aspectos” (1989, p. 246).

A historicidade das literaturas guineense, cabo verdiana, angolana, são tomense e moçambicana está fundamentada em três alicerces, cuja compreensão foi desenvolvida ao longo do texto: A oralidade; O passado; A nação. Esses elementos interligam-se, relacionam-se, cumprem a função de construção de um sentido histórico. Essas

literaturas africanas operam historiograficamente ao registrar acontecimentos, fenômenos sociais e culturais da natureza humana. São monumentos erguidos em memória do tempo (passado- presente-futuro) contra o esquecimento a que estão relegados os povos subalternos.

---

#### Notas:

<sup>1</sup> Os chamados tradicionalistas são detentores dos conhecimentos, são eles os guardiões dos segredos das histórias de um povo, de uma família. Segundo Hampaté Ba (1982) o compromisso maior desse guardião é com a verdade, com o compromisso de manter a harmonia e os mistérios do cosmos. Hernandez (2005), afirma que esses tradicionalistas têm a missão de iniciar indivíduos em funções como ferreiros, tecelões, sapateiros, caçadores e pescadores. Para Hampaté Ba “Os tradicionalistas foram postos a parte senão perseguidos, pelo poder colonial que, naturalmente, procurava extirpar as tradições locais a fim de implantar suas próprias idéias”. (HAMPÂTÉ BÂ: 1982: 188).

Os Griots por sua vez não tem o mesmo compromisso com a verdade que os tradicionalistas, são também conhecedores de histórias e genealogias. Os seus conhecimentos muitas vezes são repassados em forma de música e versos. Exercem a “função” de animadores e porta voz, são responsáveis por boa parte das epopéias de heróis africanos que conhecemos hoje. Serrano (2007), define os griots da seguinte maneira: “homens de memória prodigiosa que armazenavam na mente milhares de contos, histórias e provérbios”. Hampaté Ba (1982) também nos indica divisões entre os griots, que podem ser músicos, embaixadores, genealogistas, historiadores e poetas. São encontrados nas regiões de savanas.

<sup>2</sup> Segundo Leila Leite Hernandez (2005), a política cultural de assimilação, defendendo os princípios tradicionais das histórias das nações colonizadoras, tinha como objetivo converter gradualmente o africano em europeus, o que significava que a organização, o direito consuetudinário e as culturas locais deveriam ser transformadas.( LEITE, 2005: 104).

---

## BIBLIOGRAFIA

- ABDALA JUNIOR, Benjamim (org.). *Margens da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Literatura: história e política*. São Paulo: Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC, 2002.
- ALEXANDRE, Valentim. *O Império Colonial no século XX e Portugal em África (1825-1974) : Uma visão geral*. In: *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- APPIAH, Kwame Antony. *Na casa de Meu Pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CABRAL, Amílcar. *Nacionalismo e Cultura*. Santiago de Compostela: Latiovento, 1999.
- CAETANO, Marcelo José. *O enigma de Muana Puó*. Scripta. Delo Horizonte, V.I, n.I, 267-282, 2ºsem. 2004.
- \_\_\_\_\_. *Itinerários Africanos: Do colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. v.4 Anos.IV, nº. 2, 2007.
- CÂNDIDO, Antonio. *A Literatura e a Formação do Homem*. *Ciência e Cultura*. São Paulo v.24, n.9, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e Sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.
- CAVACAS, Fernanda. *Mia couro: palavra orla de sabor quotidiano/palavra escrita de saber literário*. In Chaves, Rita. *Marcas da diferença. As literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006.

- 
- D'ONOFRIO, Salvatore. Teoria do Texto 2º ed. São Paulo: Ática, 1999.
- ESTEVEZ, A.T. O novo romance Histórico brasileiro. In: ANTUNES, L.Z. (org) Estudos de Literatura e Lingüística. São Paulo: Arte & Ciência, 1998, p.123-158.
- CHABAL, Patrick. Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade. Porto: Veja, 1994.
- CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique Experiência Colonial e Territórios Literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- . O Passado Presente na Literatura Angolana. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.3, n.6, p. 245-257, 1ºsem. 2000.
- FANOM, Frantz. Os Condenados da Terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FERREIRA, Manoel. Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa. São Paulo: Ática, 1987.
- FONSECA, Dagoberto José. *As relações Brasil- África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo*. In: CHAVES, Rita. Brasil e África como se o mar fosse mentira. São Paulo: Unesp, 2006.
- GARCIA, Simone. *Canudos: história e literatura*. Curitiba: HD Livros, 2002.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.
- , *Quem precisa de identidade?* In: SILVA, T. T. da (org) identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 103-133.
- HAMILTON, Russell G. *Voices from an Empire : a history of Afro-portuguese literature*. Minneapolis : University of Minnesota Press, 1975. - 450 p.
- , *Literatura Africana Literatura Necessária I. Angola*. Porto: Edições 70, 1975.
- , *Literatura Africana Literatura Necessária II- Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Edições 70, 1984.
- HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In KIZERBO, J. História Geral da África Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- . *Os Filhos da Terra do Sol*. São Paulo: Selo Negro, 2002
- LARANJEIRA, PIRES. *Mia Couto e as literaturas africanas de língua portuguesa*. Revista de Filologia Românica. Anejos, 185-205, 2001.
- LEITE, Ana Mafalda. Empréstimos da Oralidade na Produção e Crítica Literárias Africanas. *IN Oralidades & Escritas nas Literaturas Africanas*. Lisboa: Edições Colibri, 1998.
- . *Literaturas Africanas e formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2000.

- 
- MAGNANI, Maria do Rosário M. *Leituras, Literatura e Escola*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARGARIDO, Alfredo. *Estudo sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Lisboa: A regra do Jogo, 1980.
- MATA, Inocência. *A Alquimia da Língua Portuguesa nos Portos da Expansão em Moçambique*, com Mia Couto. *Scripta*. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.262-268, 1ºsem, 1998
- . *Pepetela: um escritor (ainda) em busca da utopia*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.3, n.5, p. 243-259, 2º sem. 1999.
- MATUSSE, Gilberto. *A representação literária da identidade na literatura moçambicana: Craveirinha*. In: *Scripta*, Belo Horizonte, V.1, N.1, p. 185-195, 2º sem. 1997.
- MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- MENDONÇA, Fátima. *O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira*. *Via Atlântica*, n.5, out. 2002.
- MBEMBE, Achille. *As Formas Africanas de Auto-Inscrição*. *Estudos Afro-Asiáticos*. v.23, n°1 Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2001
- MUNANGA, Kabengele. *Identidade étnica e direitos humanos nos países da África sub-saariana*. *Thot*, n.80, 2004.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. *Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental*. Em *tempos de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História, UnB*. n. 9. Brasília, 2005.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierrez. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999. 394 p.
- SAID, W. Eduard. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- . *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SALGADO, Maria Teresa. *Um olhar em Direção à Narrativa Moçambicana*. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v.8, n.15, p. 297-308, 2º sem. 2004.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão: tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República*. 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1989.
- SILVA, Manoel de Souza. *Do Alheio ao Próprio: A Poesia em Moçambique*. São Paulo: EDUSP, 1996.

---

SMITH, Anthony (1992). *Criação do estado e construção da nação*. In.: HALL, John. *Os estudos da história*. Rio de Janeiro: Editora Imago.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

TUTIKIAN, Jane. *Questões de identidade: a África de língua portuguesa*. Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 41, n°3, p. 37-46, setembro, 2006.